

Fleischer defende tese do gradualismo

Givaldo Barbosa



Edmundo Dias, Luís Estevão, David Fleischer, Luís Chernichiaro, Alveres Paim (do PDT) e Senador Mauro Borges

Como ficou claro já no primeiro dia do seminário, a maioria absoluta dos que participam é a favor de que o Distrito Federal tenha representação política própria, divergindo apenas na forma como o processo se dará: se elegendo representantes em todos os níveis, ou apenas para o Congresso Nacional. Contra o voto no DF, apenas um representante de entidade se posicionou, e mesmo assim, deixou claro que sua opinião era pessoal. Ney Carneiro, do Sindicato dos Varejistas, defende uma maior representatividade da comissão no Senado para Assuntos do DF.

O prof. David Fleischer, da UnB, foi um dos conferencistas, e durante sua palestra, defendeu o voto no DF. No entanto, frisou que tem duas opiniões distintas: como cientista político defende o voto em todos os níveis; e, como pragmático, é favorável apenas a eleições para o Congresso Nacional. Mas foi como um pragmático que Fleischer defendeu a instituição do voto no DF. Ele justifica o porquê de seu pragmatismo:

— No Brasil a tendência centralizadora é uma constante desde o Império, e nós não poderíamos, imediatamente, modificar o rumo dos acontecimentos. Defendo a tese do gradualismo. Numa primeira etapa, vejo com simpatia eleições apenas a nível de Congresso. Em seguida a eleição de uma Câmara de Vereadores. Depois a eleição indireta para governador é, a longo prazo, direta para este cargo.

Otimista, Fleischer estima que a concretização dessas etapas se daria em quatro anos. Ele acredita que em breve o Congresso deverá aprovar o projeto que determina eleições diretas para os prefeitos das capitais. Com isso, os deputados e senadores eleitos aqui, em conjunto com os parlamentares de outros estados, teriam condições de pressionar mais o Executivo no sentido de se estabelecer eleições diretas para a escolha do governador.

Fleischer explica que durante este tempo o DF, com a participação de amplos setores, trabalharia no sentido de conseguir a sua autonomia fiscal, "fator preponderante para se levar adiante este projeto". Ele até já prevê duas formas pelas quais essa autonomia seria conseguida: com a criação de uma cidade industrial, onde o governo arrecadaria uma significativa quantia em ICM e IPI; ou, se beneficiando amplamente com a reforma tributária, já tão promulgada.

Morador há 11 anos em Brasília, o professor, pessoalmente, não deseja a criação de uma cidade industrial aqui na capital da República. Segundo ele, principalmente por causa da poluição e problemas semelhantes. O cientista político encontra respaldo na opinião do senador Mauro Borges, do PMDB goiano. Só que o motivo pelo qual o parlamentar não concorda com a criação de indústrias no DF não se restringe à poluição, mas principalmente a um possível esvaziamento da economia em seu Estado.

Por sua posição, não muito clara, o conferencista Mauro

Borges foi o mais interpelado pelos participantes. O clima foi tal, que a certa altura o representante do Sindicato dos Jornaleiros, Francisco Timóteo, levantou-se e acusou o senador de manter uma posição dúbia: "Sua Excelência quer ou não o voto para o Distrito Federal"? Em resposta, Mauro Borges disse que já havia se definido e agora voltava a defender o voto a nível de Congresso e Câmara de Vereadores.

A resposta do senador, entretanto, não convenceu ao sindicalista, que continuou achando dúbia a posição de Mauro Borges. Em seu aparte, Francisco esteve tão empolgado, que confessou um crime eleitoral diante do presidente da Mesa, Luis Vicente Gernichiaro, que também é presidente do TRE/DF. Francisco disse que não entendia a posição do senador pelo qual até transferiu seu título de eleitor de Brasília para Goiás, para votar.

O vice-presidente do PMDB/DF, Elias Mota, disse que a Fundação Pedroso Horta defende uma representação a mais ampla possível. Mas frisou que esta defesa será feita em termos estratégicos: "política se faz a nível de diálogo". Ele afirma que o Governo Federal aprovaria imediatamente a eleição em todos os níveis. Assim sendo, prossegue, taticamente o PMDB, através do atual Prefeito de Curitiba, Mauricio Fruet, já apresentou uma emenda constitucional dando aos brasilienses o direito de eleger representantes para o Congresso e uma Assembléia Legislativa.

Elias Mota salienta que o projeto não é tão amplo como seria o ideal, mas é um passo concreto, pois é uma forma de se contar com os votos do PDS. Segundo ele, há perspectivas de que esse projeto em seis meses já esteja em discussão, dependendo apenas de um acordo de lideranças na Câmara. Esse acordo pode sair até daqui há 15 dias, depende apenas desse acordo, que possivelmente sofrerá grande influência dos resultados do seminário.

Finalmente, Elias Mota crê que a presença de parlamentares brasilienses será fundamental para a concretização de eleições em todos os níveis. Neste ponto, ele afirma que a capacidade do Congresso não se limita a legislar, mas também a "parlar". Ou seja, os congressistas seriam um grupo de pressão "de fato". E além disso, a população aumentaria seu poder de pressão, inclusive no sentido de defender uma ampliação de seu espaço político.

Pelas interferências das entidades representativas de trabalhadores, ficou claro, por mais uma vez, o forte desejo que o brasiliense tem de votar. Apenas continua obscura a forma pela qual esse processo se dará. Mas pelo que ficou constatado das diversas opiniões, em especial a de Elias Mota, que pela tática peemedebista pretende conquistar votos pedestres, a tese do gradualismo está na frente. Mesmo o prof. Fleischer acredita que o voto em todos os níveis, como querem a maioria das entidades, chegará a seu tempo, através da negociação política.